

# “Nós falando sobre nós – a fala no cotidiano do surdo/Surdo/deficiente auditivo”

“Us Talking About Us – Speech in the  
Daily Lives of the Deaf/Hard of Hearing”

“Hablamos de Nosotros – El Habla  
en la Vida Cotidiana de las Personas  
Sordas/Sordas/Con Hipoacusia”

Maria Cecilia de Moura<sup>1</sup> 

Maria Clara Giannini da Costa Pinto<sup>1</sup> 

## Resumo

Essa pesquisa buscou entender, por meio de relatos e respostas de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, qual o papel da linguagem oral no dia a dia deles. É sabido que muitos serviços básicos do cotidiano, desde o acesso ao banco até consultas médicas, não funcionam de maneira acessível. Buscamos analisar as respostas fundamentando-as com a literatura disponível sobre o tema. Foram analisadas desde as relações sociais e laços com a família e amigos, até as interações e relações em ambientes acadêmicos e ambientes de trabalho. Ao final, foi possível perceber a urgência de medidas e políticas eficientes que atendam a essas demandas da comunidade surda.

**Palavras-chave:** Surdez; Oralidade; Linguagem.

## Abstract

This research has investigated, through reports and responses from deaf or hard-of-hearing individuals, the role of oral language in their daily lives. Basic everyday errands, such as using bank services or going to a doctor's appointment, cannot be satisfactorily performed by people with hearing disabilities due to lack of proper access. We analyzed the responses by grounding them in the available literature on the topic. Our focus ranged from social relationships and bonds with family and friends, to interactions and

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.

### Contribuição dos autores:

MCM: concepção do estudo; metodologia; coleta de dados; esboço do artigo; revisão crítica; orientação.

MCGCP: metodologia; coleta de dados; esboço do artigo; revisão crítica; orientação.

Email para correspondência: [mccostapinto@gmail.com](mailto:mccostapinto@gmail.com)

Recebido: 01/09/2025

Aprovado: 03/11/2025

relationships in academic and work environments. The investigation eventually demonstrated the urgent need for efficient measures and policies that meet the demands of the deaf community.

**Keywords:** Deafness; Orality; Language.

## Resumen

Esta investigación buscó comprender, a través de los relatos y respuestas de personas sordas o con hipoacusia, el papel del lenguaje hablado en su vida cotidiana. Es sabido que muchos servicios básicos, desde la banca hasta las citas médicas, no funcionan de forma accesible. Analizamos las respuestas basándonos en la literatura disponible sobre el tema. Analizamos aspectos que abarcan desde las relaciones sociales y los vínculos con familiares y amigos hasta las interacciones y relaciones en el ámbito académico y laboral. Finalmente, identificamos la urgente necesidad de medidas y políticas efectivas para satisfacer estas demandas de la comunidad sorda.

**Palabras clave:** Sordera; Oralidad; Lenguaje

## Introdução

O lugar do Surdo, na esfera educacional e política do Brasil, mudou muito no século XXI. De uma posição de total dependência da comunidade ouvinte, a comunidade surda passou a ter seus direitos respeitados pela força da lei e dos movimentos reivindicatórios levantados pelos próprios Surdos e pelos acadêmicos que se debruçam sobre essa área. Os movimentos multiculturais do final do século XX tiveram papel importante por exigirem em nível global que todos têm o direito de ser o que são e desejam ser, sem ser necessário se submeter aos modelos colocados pela sociedade majoritária, como coloca Lanna Junior<sup>1</sup>.

Igualmente em decorrência deste movimento foi que se verificou, no Brasil, o fortalecimento da comunidade Surda que, por meio de suas associações e principalmente de sua federação, FENEIS, passou a requisitar que a língua de sinais passasse a ser usada no trabalho com os Surdos. Para Vianna<sup>2</sup>, como parte de uma filosofia que prega a compreensão do Surdo não como deficiente, mas como diferente e pertencente a um grupo linguístico minoritário.

Este movimento resultou na elaboração e na votação das leis<sup>3</sup> nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 que, aprovadas, foram regulamentadas pelo decreto<sup>4</sup> 5.626. Essa regulamentação exige, agora, que novas bases teóricas e formas práticas de atuação sejam revistas para que a ação exigida pela lei possa ser cumprida.

Sabe-se que apenas uma mudança total dos paradigmas, como traz Goffman<sup>5</sup>, possibilitará que

uma modificação real tome corpo e possa tornar a lei efetiva, afirma Moura<sup>6</sup>. Na área que se relaciona à fonoaudiologia e à educação, teremos que nos debruçar sobre essas questões para que possamos atuar de forma a termos a lei respeitada.

Existem temas de crucial importância para os fonoaudiólogos e pedagogos em geral que deverão refletir sobre esses assuntos para que seja possibilitada uma atuação que contemple o que é estabelecido pela lei.

Vejamos alguns aspectos citados na lei. No capítulo II temos:

“Da inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, Art. 3º: A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Pensar o sujeito Surdo e o atendimento fonoaudiológico nos dias atuais passa, portanto, a ser uma obrigação dos profissionais que atuam nessa área. As faculdades de fonoaudiologia passam, atualmente, a ser obrigadas a ter em seu currículo a disciplina de LIBRAS como disposto acima.

Poucos trabalhos se debruçaram sobre a atuação fonoaudiológica. Podemos citar Moura<sup>7</sup> e Moura et al<sup>8</sup>, que se preocuparam em demonstrar que a atuação fonoaudiológica ia além da mera administração de técnicas e que fazia parte da atuação fonoaudiológica a questão de política de identidade como defendido por Ciampa<sup>9</sup>. Nascimento<sup>10</sup>, se preocupou em entender como os fonoaudiólogos compreendiam a cultura Surda e como a contem-

plavam em seu trabalho fonoaudiológico. Esses dois trabalhos, pioneiros, sem dúvida, mostram que há a necessidade de se expandir as pesquisas nessa área. Afinal, com um decreto que estabelece mudanças estruturais importantes, como o trabalho de português como segunda língua precisa ser muito bem compreendido se desejamos que uma atuação coerente seja proposta.

A criação do Comitê de Língua de Sinais e Bilinguismo para Surdos (CLSBS) na Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) por Moura e Begrow em 2019 veio a solidificar a ideia de que é necessário que o Fonoaudiólogo esteja voltado para essa forma de atuação com indivíduos Surdos – surdos – Deficientes Auditivos (SsDA).

Compreender como trabalhar com SsDA respeitando a Libras e todo o seu entorno (formação identitária, comunidade e Cultura Surdas) tem que ser parte da formação e de grande preocupação dos Fonoaudiólogos. Se pensarmos nos SsDAs já adultos que estão (ou não) inseridos em nossa sociedade, surge uma questão: como se dá essa inclusão social e como a linguagem oral se configura na vida desses indivíduos? Eles não foram trabalhados numa perspectiva bilíngue para Surdos. Alguns podem ter sido trabalhados numa abordagem bimodal, como coloca Cicone<sup>11</sup>, em que a língua oral e Sinais eram usados concomitantemente (também chamada de Comunicação Total - CT) em que o objetivo maior era o desenvolvimento da oralidade; muitos estudaram em escolas oralistas para Surdos. Outros estavam “integrados” em escolas para ouvintes.

Dada a enorme demanda de sujeitos Surdos na clínica fonoaudiológica e as diversas abordagens adotadas pelos fonoaudiólogos para habilitar, reabilitar e incluir o Surdo na linguagem e na sociedade faz-se necessário compreender o que eles, os sujeitos que compõem a clínica da surdez e da linguagem, pensam sobre o resultado do trabalho Fonoaudiológico.

Consideramos importante compreender o que o indivíduo SsDA adulto pensa a respeito do trabalho Fonoaudiológico que frequentou e quais foram os resultados e o uso das habilidades trabalhadas na realidade da sua vida.

Conflitando com um passado em que o Surdo foi posto como deficiente e incapaz e o fonoaudiólogo como agente paramédico que compunha essa concepção patológica da surdez com essa nova realidade em que a LIBRAS passa a ser vista não

mais como meio e sim como fim na constituição do Surdo é importante compreender o que eles, os Surdos, pensam sobre a atuação do fonoaudiólogo frente a eles próprios. Os dados desta pesquisa poderão repercutir na atuação deste profissional com os sujeitos Surdos possibilitando uma compreensão maior e melhor de como essa ação pode ser útil para o desenvolvimento do sujeito Surdo.

A compreensão de como o Surdo adulto vivencia a sua própria forma de comunicação na sua rotina diária com a família e no trabalho pode fornecer informações que serão importantes para que se possa delinear melhor quais linhas podem e devem ser adotadas pelos Fonoaudiólogos. Dessa forma, os caminhos fonoaudiológicos a serem traçados podem propiciar que os SsDAs se sintam respeitados na nossa sociedade.

Esta pesquisa segue a linha de contar com a participação das pessoas SsDAs para que elas possam opinar e serem construtores dos caminhos a serem tomados em seu nome por profissionais, seguindo o desejo, e a história de batalhas, mais do que legítimo das pessoas com diferenças de que nada seja feito sem a participação delas: “Nada sobre nós sem nós”. Esse aspecto é salientado por Siqueira<sup>12</sup>:

Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema “Nada sobre Nós sem Nós”, expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento... p.14

## Objetivos

Verificar qual é a representação que os indivíduos Surdos têm da sua forma de comunicação na sua família, no seu trabalho e na sua participação social.

## Metodologia

O projeto foi encaminhado e aprovado pelo comitê de ética da Universidade sob número 73810423.9.0000.5482.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema. A partir das problemáticas que foram encontradas nos artigos e pesquisas, a aluna elaborou um questionário, juntamente com a orientadora e uma professora da área, para ser aplicado virtualmente aos participantes da pesquisa.

O questionário foi elaborado na plataforma de Formulários do Google, e continha tanto perguntas de múltipla escolha como de resposta aberta. O link do questionário foi enviado a grupos selecionados no Facebook e no WhatsApp. O termo de consentimento, anexado nesse relatório, foi postado no próprio questionário, e os participantes, ao invés de assinar seus nomes, assinalaram uma alternativa na qual afirmaram estar de acordo com a sua participação na pesquisa. Assim, a participação na pesquisa teve o anonimato garantido.

A análise dos dados obtidos no questionário foi realizada de forma qualitativa, com base na teoria de Bardin<sup>13</sup>, que organizou a análise em cinco polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a pré-análise, todas as respostas foram lidas e foram identificados temas recorrentes como a falta de acessibilidade nos serviços do dia a dia, no ambiente de trabalho e estudo; o desconhecimento da Libras dentro das famílias, o que leva à exclusão dessas pessoas, etc. Na exploração do material, as respostas foram agrupadas de acordo com os temas, possibilitando o início do tratamento dos resultados. Por fim, na inferência e interpretação os levantamentos foram relacionados com os dados obtidos durante a revisão de literatura, possibilitando reflexões que levaram à conclusão final.

## Resultados e discussão

Esta pesquisa, feita por meio de um formulário online, teve como objetivo compreender as experiências e necessidades de pessoas surdas no Brasil, revelando um cenário marcado por desafios na comunicação, acessibilidade e inclusão. A partir das respostas recebidas no Google Formulário, verificou-se que a maioria dos participantes é da região nordeste do Brasil, sugerindo que o questionário foi mais difundido naquela região.

Em relação à idade, a maior parte dos participantes está na faixa etária entre 40-60 anos. O que nos leva a observar as respostas sobre o grau de

escolaridade, em que 35.3% estão na especialização e, ainda, 5.9% no mestrado.

Sobre o trabalho, 78.7% da amostra trabalha, e dentre esses, 61.5% trabalham há mais de 10 anos. Além disso, 51.3% das pessoas que trabalham estão empregadas em uma empresa pública. Isso pode ser resultado de políticas públicas de inclusão e ações afirmativas que incentivam a contratação de pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) são exemplos de legislações que promovem a inclusão no Brasil<sup>14,15</sup>. Estas leis estabelecem que empresas com 100 ou mais empregados devem preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas com deficiência.

Nesse contexto, foram questionados sobre possíveis métodos alternativos visando à inclusão de pessoas surdas em seu ambiente de trabalho ou estudo. As respostas, além de destacarem a importância dessa inclusão, falam sobre comunicação e acessibilidade, sobre a utilização de legendas, Libras e intérpretes. Além disso, destaca-se, também, o tema da empatia nas respostas, falando sobre a escuta ativa e o diálogo para oferecer a melhor alternativa de acessibilidade. De acordo com Silva<sup>16</sup>, a implementação de tecnologias assistivas e a presença de intérpretes de Libras são essenciais para garantir a participação plena de pessoas surdas nas atividades profissionais. Sugeriu-se a implementação de cursos de Libras para todos os funcionários ouvintes, com o objetivo de promover a comunicação inclusiva e fortalecer o vínculo com os colegas surdos, o que é fundamental para criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e promover a comunicação entre todos os funcionários. Pesquisas como a de Sousa<sup>17</sup> indicam que programas de treinamento em Libras para funcionários ouvintes não apenas melhoram a comunicação com colegas surdos, mas também promovem um ambiente de trabalho mais inclusivo e empático. A empatia e a escuta ativa são habilidades cruciais que podem ser desenvolvidas através de treinamentos e workshops, contribuindo para um ambiente de trabalho mais inclusivo e acolhedor.

No que se refere ao atendimento com fonoaudiólogos, profissionais frequentemente presentes no cotidiano de pessoas surdas, 84.8% dos respondentes relataram que, durante o atendimento, o profissional não sabia Libras e não havia um intérprete de Libras presente. O que nos faz questionar sobre a eficácia e ética desses atendimentos.



Falando sobre o contexto familiar, a pesquisa revela que 75,5% dos participantes são os únicos surdos dentro de sua configuração familiar, e 64,9% dos familiares não sabem Libras. Esperava-se que a figura familiar que soubesse Libras fosse a mãe, dada a sua presença e papel tradicional de cuidadora primária, mas 64,9% das respostas indicaram "outros familiares". Isso pode refletir a dinâmica interna das famílias, onde irmãos, tios ou avós podem assumir papéis de comunicação mais ativos com o membro surdo. Apesar das barreiras linguísticas, 93,6% dos participantes consideram que falar é importante para manter o vínculo familiar. Segundo Marschark<sup>18</sup>, a comunicação efetiva entre membros surdos e ouvintes de uma família é fundamental para a construção de relacionamentos fortes e para a inclusão do membro surdo nas atividades familiares.

A literatura destaca que a falta de comunicação pode levar ao sentimento de exclusão e à deterioração das relações familiares. A língua de sinais é essencial para a comunicação efetiva de muitas pessoas surdas. Quando os familiares não são fluentes em Libras, pode haver uma lacuna de comunicação que dificulta o relacionamento e a compreensão mútua. De acordo com Lane, Hoffmeister e Bahan<sup>19</sup>, a aquisição e o uso de uma língua de sinais pela família são cruciais para o desenvolvimento linguístico, social e emocional da criança surda. A falta de conhecimento de Libras por parte dos familiares pode levar ao isolamento do membro surdo e à sua exclusão das conversas e atividades familiares.

Quando perguntados sobre dificuldades de acessar serviços básicos do dia a dia, as respostas podem ser divididas em algumas categorias, como acessibilidade de modo geral, desafios da comunicação em si e problemas sistêmicos/estruturais. E fica claro que todas as respostas estão interligadas de alguma maneira e sempre voltam ao problema da acessibilidade e inclusão. Especificamente sobre comunicação, muitos relataram que a maioria dos serviços possuem o atendimento por telefone e chamada de áudio, o que os impede de ter autonomia para resolver as questões do dia a dia, como ir ao banco, médico ou qualquer outro serviço. Além disso, outro ponto bastante destacado pelos participantes foi a falta de paciência e o preconceito com as pessoas surdas.

Quando perguntadas sobre as dificuldades enfrentadas nos atendimentos com profissionais

da área da saúde, o ponto mais destacado foi a utilização de máscara, que impede a leitura labial. Além disso, em muitos hospitais ou atendimentos, os pacientes são chamados pelo nome para serem atendidos, algo que também não faz sentido quando pensamos em pacientes surdos. O que envolve também a falta de conhecimento do profissional da saúde, a desinformação, não adaptando sua forma de comunicação para a necessidade do outro, falando rápido ou olhando para baixo. Outro ponto comentado nas respostas foi sobre os casos em que a pessoa surda não usa Libras, mas usam Libras com ele. O que nos faz pensar sobre a importância de entendermos as diferenças entre surdo sinalizante e não sinalizante. Por fim, outro ponto comentado foi a falta de intérprete de Libras, o que faz com que o atendimento acabe não sendo eficaz para o paciente, gerando incompreensão sobre a situação, além de insegurança sobre o que foi dito e o que precisa ser feito.

## Conclusão

Tendo em vista os resultados obtidos, podemos pensar na tecnologia como uma grande aliada na promoção da inclusão dos surdos. Plataformas de videoconferência com recursos de tradução em Libras, aplicativos de mensagens com tradução automática e dispositivos de audiodescrição são exemplos de ferramentas que podem facilitar a comunicação e o acesso à informação. É fundamental que as empresas e instituições invistam em soluções tecnológicas acessíveis e que promovam um espaço inclusivo, em que a diversidade seja valorizada e respeitada.

É importante ressaltar que a inclusão dos surdos não se limita ao ambiente de trabalho. A acessibilidade em espaços públicos, como transportes, estabelecimentos comerciais e serviços essenciais, também é fundamental para garantir a autonomia e a qualidade de vida dessa comunidade. A criação de leis e normas que garantam acessibilidade, e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão, são passos cruciais para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação inclusiva é outro ponto crucial para garantir a plena participação dos surdos na sociedade. É necessário investir em programas de formação de professores bilíngues e em materiais didáticos acessíveis. Além disso, a pesquisa na área da surdez é fundamental para o desenvolvimento



de novas tecnologias e estratégias de inclusão. É preciso incentivar a produção de conhecimento sobre as necessidades e desafios enfrentados pelos surdos, a fim de informar e orientar as políticas públicas e as práticas profissionais.

Outro ponto importante a ser considerado é a necessidade de desconstruir os estereótipos e preconceitos em relação aos surdos. A promoção de campanhas de conscientização e a valorização da cultura surda são fundamentais para mudar a forma como a sociedade enxerga e trata essa comunidade.

Em suma, os resultados indicam a necessidade urgente de políticas e práticas que promovam a inclusão e acessibilidade dos surdos, tanto no ambiente de trabalho quanto nos serviços essenciais, como a saúde. A implementação de treinamento em Libras para profissionais e familiares, bem como a adaptação dos serviços para atender às necessidades dos surdos, são passos fundamentais para garantir a plena participação e integração dessa comunidade na sociedade.

## Agradecimentos

Agradeço imensamente à minha orientadora, Cecília Moura, que tornou todo o processo agradável e muito interessante.

Agradeço também aos participantes, por terem tornado esta pesquisa possível.

Por fim, agradeço ao Jayme pela cuidadosa tradução deste trabalho para o inglês.

## Referências

1. Lanna Júnior MCM, organizador. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2010.
2. Vianna NG. Ruídos e silêncios: uma análise genealógica sobre a surdez na política de saúde brasileira [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2018.
3. Brasil. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras [Internet]. Brasília: Presidência da República; 2002. [acesso em 2025 Set 30]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>
4. Brasil. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 2002 [Internet]. Brasília: Presidência da República; 2005. [acesso em 2025 Set 30]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1)
5. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara; 1988.
6. Moura MC. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter; 2000.
7. Moura MC. Libras e Fonoaudiologia: territórios a serem compartilhados. In: Araújo AN, Queiroga B, Lucena J, Studart L, organizadores. Questões contemporâneas da clínica fonoaudiológica. São José dos Campos: Pulso; 2018. p. 215-25.
8. Moura MC, Begrow DDV, Di Donato A. Língua de sinais e fonoaudiologia bilíngue na atuação com o surdo em tempos de COVID-19. In: Azoni CAS, Lira JO, organizadores. Estratégias e orientação em linguagem: um guia em tempos de COVID-19 [Internet]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia; [acesso em 2025 Set 30].
9. Ciampa AC. Políticas de identidade e identidades políticas. Apresentado em: I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão; 2002 set 3; São Paulo, Brasil.
10. Nascimento LB. A Representação da Cultura Surda no Universo Fonoaudiológico [Iniciação Científica]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2008.
11. Ciccone M. Comunicação Total: introdução, estratégias – a pessoa surda. 2a ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica; 1996.
12. Siqueira I. Introdução. In: Lanna Júnior MCM, organizador. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2010. p. 14.
13. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
14. Brasil. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [Internet]. Brasília: Presidência da República; 2015. [acesso em 2025 Set 30]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm)
15. Brasil. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências [Internet]. Brasília: Presidência da República; 1991. [acesso em 2025 Set 30]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm)
16. Silva PH. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre as políticas públicas e as práticas empresariais no Brasil. Rev Bras Educ Espec. 2016; 22(1): 45-60.
17. Sousa MA. Comunicação e inclusão de pessoas surdas no ambiente de trabalho: o papel dos treinamentos em Libras. Rev Gestão Projetos. 2018; 9(3):123-39.
18. Marschark M. Raising and educating a deaf child: a comprehensive guide to the choices, controversies, and decisions faced by parents and educators. Oxford: Oxford University Press; 2007.
19. Lane H, Hoffmeister R, Bahan B. A journey into the DEAF-WORLD. San Diego: DawnSignPress; 1996.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

